

Brasília, 16 de outubro de 2025

Senhor Presidente,

Senhora Diretora-Executiva,

A COP30 terá início daqui a três semanas em Belém sob o contexto mais desfavorável à ação climática desde a adoção da UNFCCC, em 1992. Eventos climáticos extremos aceleram no mundo todo à medida que nos aproximamos da ultrapassagem (*overshoot*) do limite de temperatura de 1,5°C; ao mesmo tempo, a cooperação internacional se esfacela na esteira de guerras, genocídio, protecionismo comercial e autoritarismo político. O maior emissor histórico do planeta retira-se do Acordo de Paris e tenta miná-lo, e a desconfiança entre as partes remanescentes escalou após os resultados frustrantes da COP29.

Apesar de toda essa turbulência, a humanidade não pode se dar ao luxo de perder mais um ano e mais uma COP. A ciência diz que precisamos acelerar a ação nesta década se quisermos evitar uma ultrapassagem permanente e potencialmente cataclísmica do 1,5°C. Belém precisa entregar resultados consistentes em todos os seus pilares para aumentar a ambição da ação climática, implementar os compromissos que já existem e recuperar a confiança na UNFCCC. Não é tarde demais para isso.

Organizações da sociedade civil reunidas em Brasília nos dias 14 e 15 de outubro debateram as perspectivas para a COP30 e seu potencial de transformar o combate à crise do clima. O encontro concluiu com uma série de recomendações à presidência da COP30, divididas em seis eixos. A conferência de Belém poderá ser considerada bem-sucedida se:

**Garantir uma resposta política ao gap de ambição das NDCs.** As NDCs apresentadas não são suficientes para salvaguardar os objetivos de estabilização de temperatura do tratado e, enquanto esse problema sistêmico não for atacado, nenhum Balanço Global conseguirá garantir NDCs na ambição necessária. Belém deve propor uma resposta à lacuna de ambição de 1,5°C, que acelere a redução de emissões nesta década crítica, em linha com os princípios de justiça e equidade, ao mesmo tempo em que cria um fórum anual de alto nível para promover e acelerar a implementação das NDCs, com relatórios encomendados a comitês de especialistas que abordem as barreiras e os facilitadores sistêmicos.

**Criar um mapa do caminho para a transição energética.** Os combustíveis fósseis são a principal causa do aquecimento da Terra, e a COP30 precisa ir além da reafirmação da decisão da COP28 de fazer uma transição justa, ordenada e equitativa para longe deles. Cabe a Belém iniciar um processo que detalhe o que seria justo, ordenado e equitativo, visando ao estabelecimento de um calendário para a transição, conforme delineado na NDC do Brasil, com acompanhamento de alto nível. Tal processo pode ser visto como parte da resposta à lacuna de ambição ao tratar da implementação do balanço global.

**Estabelecer um mecanismo global para transições justas.** A transição econômica, social e ambiental ensejada pelo Acordo de Paris precisa garantir que a economia mundial passe a rodar sob novas bases, com justiça e empregos para todos. Para isso, a COP30 deve estabelecer um mecanismo que permita a coordenação internacional para acelerar e apoiar

os esforços dos países nas transições justas, tornando o financiamento, o apoio técnico, a transferência e o co-desenvolvimento de tecnologias mais acessíveis e assegurando que a ação climática não aprofunde desigualdades domésticas e entre países.

**Consolidar um pacote de decisões de adaptação.** Belém precisa concluir o Marco UAE-Belém para Resiliência Climática Global e aprovar o conjunto completo de indicadores do Objetivo Global de Adaptação (GGA), com atenção aos indicadores de meios de implementação e à inclusão de povos indígenas, territórios negros e quilombolas, comunidades locais e periferias urbanas. É fundamental também vincular o GGA a um compromisso coletivo que suceda a meta de duplicar o financiamento até 2025, adotada na COP de Glasgow: ao menos triplicar o financiamento para adaptação com base em níveis de 2022. É o passo necessário para evitar o abismo financeiro previsto a partir de 2026, dar previsibilidade aos países em desenvolvimento, fortalecer as capacidades locais de implementação e equilibrar o esforço global entre mitigação e adaptação, tornando a resiliência um pilar mensurável, justo e financiado do Acordo de Paris.

**Estabelecer um Programa de Trabalho dedicado às sinergias entre Clima e Natureza e coordenar o trabalho para acabar com o desmatamento e a degradação florestal até 2030.** A COP30 deve decidir pela criação de um espaço permanente de discussão que assegure coerência política entre os regimes de clima, biodiversidade e solos. Essa governança deve alinhar as metas climáticas das três Convenções do Rio, incorporando perspectivas de integridade de ecossistemas e co-benefícios às medidas de mitigação e adaptação. Além disso, é urgente adotar um plano de ação concreto para eliminar o desmatamento e a degradação florestal até 2030, garantindo que o regime de clima possa contribuir diretamente para a implementação e monitoramento dessa meta, abordando financiamento, vetores de desmatamento e direitos e conhecimentos de povos indígenas e comunidades tradicionais e locais.

**Assegurar um Roteiro Baku-Belém ambicioso e crível para preencher a lacuna da Nova Meta Global Quantificada (NCQG).** Os países desenvolvidos devem prover apoio financeiro a países vulneráveis e o Roteiro Baku-Belém deve priorizar financiamento público, novo, adicional, altamente concessional e previsível dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. Para lidar com a crise de confiança será necessário monitorar e impulsionar a implementação do NCQG e fortalecer o componente de financiamento público. Em relação às negociações do artigo 2.1.c, é preciso encaminhar o mandato de trabalho para um modo operacional que oriente, materialize e monitore a canalização dos fluxos financeiros de forma a alinhá-los aos objetivos do Acordo de Paris, incluindo a eliminação de subsídios perversos aos combustíveis fósseis e a taxação de atividades poluidoras, além de continuar a enviar sinais a outros atores e fóruns de tomada de decisão que fazem parte da arquitetura financeira global.

Greenpeace Brasil

Instituto Talanoa

LACLIMA

Observatório do Clima

Plataforma CIPÓ

The Nature Conservancy Brasil

Transforma

WWF Brasil

Apoio: iCS